



## Os jogos olímpicos, a cooperação descentralizada e a aplicação de políticas públicas: o modelo de Barcelona 92 para o Rio de Janeiro 2016<sup>1</sup>

Jonathas Miranda de Carvalho

Yi Shin Tang

**Resumo:** Este artigo, elaborado a partir de um estudo de caso baseado na experiência da cidade de Barcelona, em 1992, busca revelar a problematização do caso da capital catalã para se ter elementos que mostrem como o Rio de Janeiro e o Brasil, em certa medida, podem se beneficiar de um grande evento como as Olimpíadas, considerando as diferenças sociais, políticas, econômicas e culturais entre as cidades analisadas. Trata-se também de um breve estudo da cooperação descentralizada e seus efeitos para Barcelona e para a Espanha, atentando à coordenação entre o poder local e o poder central na aplicação de políticas públicas. Finalmente, serão apresentadas conclusões e possíveis alternativas de bons resultados em vários âmbitos quanto à organização do Rio 2016. A cooperação descentralizada, protagonizada por atores subnacionais, no âmbito da preparação e da realização dos Jogos Olímpicos e no que diz respeito à aplicação de políticas públicas, pode ser fonte de uma série de benefícios à cidade-sede do megaevento esportivo.

**Palavras-chave:** Cooperação internacional. Jogos olímpicos. Políticas públicas. Barcelona 92. Rio 2016.

**Abstract:** **The olympic games, the decentralized cooperation and the public policies: the model Barcelona 92 to Rio 2016.** This brief article, derived from a case study based on the experience of the city of Barcelona in 1992, seeks to analyse the case of the Catalan capital in order to have elements that show us how Rio de Janeiro and Brazil may benefit from a major event like the Olympics, considering the social, political, economic and cultural differences among the cities examined. First, we are going to make a brief study of decentralized cooperation and its effects for Barcelona and Spain, paying attention to the coordination between the local government and the central government in the implementation of public policies. Finally, we can provide considerations on possible alternatives that can lead to good results in various fields concerning the organization of Rio 2016. The decentralized cooperation, carried out by subnational actors in the scope of the preparation and coming together of the Olympic Games and with regard to the implementation of public policies, can be a source of a lot of benefits to the host city of the megaevent.

**Keywords:** Decentralized cooperation. Olympic games. Public policy. Barcelona 92. Rio 2016.

---

<sup>1</sup> O artigo constitui parte da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências – Programa de Pós-Graduação em Relações em Internacionais.



## **Introdução**

O foco geral desta pesquisa é a cooperação internacional descentralizada – protagonizada por atores subnacionais, não por governos centrais – no âmbito da preparação e da realização dos Jogos Olímpicos e no que diz respeito à aplicação de políticas públicas na cidade-sede. Trata-se de parte de um estudo de caso, baseado na experiência da cidade de Barcelona em sediar o megaevento em 1992.

Passadas duas décadas, o modelo de gestão criado pelos urbanistas catalães, desde a nomeação de Barcelona como sede das Olimpíadas, ainda é relevante como espelho para os realizadores dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. A grande maioria dos assessores do planejamento urbano e do evento do Rio são catalães. Pretende-se, assim, com este breve artigo do estudo de caso, considerado antigo para muitos, mas não menos importante para o contexto atual em termos de urbanismo e relações local-central e internacionais, trazer a problematização histórica resumida de Barcelona à tona e um pouco da teoria sobre relações internacionais entre cidades, para se ter elementos que mostrem como o Rio de Janeiro pode beneficiar-se de um grande evento como as Olimpíadas, com o planejamento estratégico assimilado, considerando as diferenças sociais, políticas, econômicas e culturais entre as duas cidades estudadas.

O legado de Barcelona 92 pode ser um grande exemplo para o Rio 2016. O Parque Olímpico de Barcelona é o mais utilizado das últimas edições dos Jogos e atinge níveis de uso desejados pela organização do Rio 2016. Será feito um breve relato da cooperação descentralizada e seus efeitos para Barcelona e para a Espanha, e da internacionalização de Barcelona, atentando sempre para a estrutura semicentralizada da Espanha e para a coordenação entre o poder local e o poder central na aplicação de políticas públicas. Com o caso, podem-se ter considerações ao Comitê Organizador quanto aos jogos no Rio que podem proporcionar possíveis alternativas de bons resultados. Sendo assim, o estudo permite ao leitor conhecer mais sobre a revitalização de Barcelona, os objetivos e a organização dos seus Jogos, enfatizando as relações internacionais no contexto dado.



## **A importância dos Jogos Olímpicos e da cooperação descentralizada para a reurbanização e inserção internacional da cidade: Por que Barcelona?**

A realização de eventos internacionais ilustra aspectos importantes na busca da inserção internacional de uma cidade. O planejamento e a organização do evento conferem visibilidade às suas políticas públicas, ao seu potencial econômico, turístico, comercial e cultural, além de direcionar o evento para as áreas em que se concentram suas estratégias de ação internacional. O caso de Barcelona é especial, por tratar-se do referencial da industrialização e dos movimentos contemporâneos na Espanha, e, principalmente, porque houve consideráveis melhorias localmente, a partir da expressiva atuação da cidade no cenário internacional.

Em teoria, o significado dos Jogos Olímpicos diz respeito ao momento de conagração da raça humana em torno do esporte, uma atividade considerada apolítica por muitos. No entanto, é possível identificar, nas competições olímpicas, não apenas um dos grandes lugares para a reafirmação de identidades no mundo contemporâneo, mas também um excelente instrumento para examinar o papel político dos e nos Jogos Olímpicos. As grandes transformações podem gerar ou ser geradas mesmo com o embate de interesses políticos locais e centrais, no que tange à gestão e à implementação de políticas públicas, principalmente de regeneração em diversos âmbitos.

A melhor forma de regenerar a cidade de Barcelona, em sua fase de dificuldades pós-ditadura, que reuniu esforços de renovação urbana e projeção externa, foi a sua nomeação em 1986, como sede dos Jogos Olímpicos de 1992. Barcelona passou de uma época de depressão para um verdadeiro *boom* econômico relacionado à preocupação com o entorno social-urbano nunca vista antes: mais de 80% dos investimentos, a maioria deles com origem na cooperação internacional foram dedicados aos projetos urbanos e à infraestrutura não ligada aos espaços esportivos (VERBRUGGEN, 2000).

No âmbito da governança local, os Jogos em Barcelona ainda significaram uma clara necessidade de colaboração público-privada na cidade e um fenômeno de reurbanização, promovido pela cooperação internacional, sobretudo descentralizada, e seguido pelas cidades-sede sucessoras na organização dos Jogos Olímpicos. Esse tipo de cooperação traz *know how* adquirido dos outros eventos, bem como ajuda a suprir necessidades por mão de obra qualificada para o comitê local.



## Os jogos olímpicos de Barcelona e o seu legado

No processo de revitalização de Barcelona, foram reunidos capitais internacionais que se "especializaram" em arquitetura, associada ao urbanismo do espetáculo, tendo como álibi o maior megaevento esportivo do planeta. Para fazer negócios, muitos agentes protagonizaram um arrastão empresarial com instituições financeiras, mega construtoras, incorporadoras e arquitetos, nacionais e principalmente internacionais. Contudo, segundo o estudo da urbanista brasileira Otilia Arantes, algumas marcas acompanham essas transformações onerosas. São elas: endividamento, especulação imobiliária e gentrificação, embora tais mudanças venham comumente acompanhadas de grandes promessas.

O "Planejamento Estratégico" foi o modelo urbanístico adotado no período pré-Olímpico, a fim de criar para a cidade uma autoimagem de um grande centro internacional capaz de responder às demandas dos alto negócios, próprios a eventos dessa natureza. Nada muito destoante do que se espera do Brasil e do Rio de Janeiro, nos últimos anos, quanto aos seus eventos. O que aconteceu em Barcelona é matriz do processo verificado atualmente no Rio de Janeiro, resultando em gentrificação de grandes proporções e enorme volume de negócios imobiliários fechados. Num contexto semelhante, a capital da Catalunha adotou o "Planejamento Estratégico" para complementar a motivação patriótica na administração de seus "negócios" com a eficiência de uma grande empresa, uma *growth machine*.

Em 1989, foi elaborado o "Plano Estratégico Barcelona 2000", que contou com um longo processo em que a cidade foi redesenhada física e, sobretudo, socialmente, numa conquista das áreas "problemáticas" por seus promotores. A organização do evento, em grande medida, permitiu ao setor público traçar alguns objetivos de transformação urbanística, em considerável escala. Para isso, a administração necessitou do investimento do setor privado e contou com grandes negócios internacionais. Por sua vez, o setor privado percebeu a possibilidade de assegurar seus investimentos por meio de uma participação ativa nos projetos. Tal reconhecimento de mútua necessidade abriu a possibilidade de cooperação ainda maior e de reciprocidade entre os agentes do setor público e do privado.

O planejamento estratégico foi a medida de política local mais difundida e a que mais interesse gerou sob o conceito geral, mundialmente conhecido por "Modelo Barcelona". O primeiro Plano Econômico e Social foi iniciado em meados dos anos de 1980, no contexto da reforma urbanística concernente à organização dos Jogos Olímpicos de 92. O plano reuniu



muitas comissões e setores implicados, compostos por técnicos e especialistas, e foi amplamente divulgado em conferências e seminários aos cidadãos, que contribuíam com constantes críticas e sugestões.

Assim, a organização dos Jogos Olímpicos foi sustentada de três maneiras:

- a) Pelo acordo interinstitucional entre a cidade de Barcelona (promotora da iniciativa), o Governo espanhol, a Generalitat (governo autônomo da Catalunha), o Comitê Olímpico Espanhol e o Comitê Olímpico Internacional.
- b) Por uma *joint venture*, com o acordo e administração compartilhada do setor público e iniciativa privada nacional e internacional.
- c) Por meio da criação de grupos especiais de administração, fora da gestão pública ordinária, com separação de funções de investimento e organizacionais.

A chave para o bom trabalho e sucesso dos Jogos Olímpicos de 1992 teve a ver não só com a força da meta de projeção e transformação da cidade, mas também com sua forma de organização (acordo institucional, joint venture e corpos especiais de gestão), reunidas na grande capacidade demonstrada pela economia de Barcelona de responder aos estímulos olímpicos e para atrair investimentos (BRUNET, 1995).

Tratava-se da ideia de *growth machine*, uma vez que houve coalizões de elite, centradas na propriedade imobiliária e seus derivados, entre outras palavras, uma verdadeira legião de profissionais ligados às possibilidades econômicas do lugar, que conformaram as políticas urbanas à medida que deram livre curso ao seu propósito de expandir a economia local e aumentar a riqueza.

### **A cooperação descentralizada e seus efeitos para Barcelona e para a Espanha**

Os jogos de Barcelona representaram, além dos números, o cartão de visitas internacional da Espanha democrática. O país transmitiu uma imagem de dinamismo e modernidade decisiva, ao romper antigos estereótipos e ao apresentar-se como um país com identidade europeia e "central" perante a União Europeia e a sociedade internacional.

Houve uma regeneração que girou em torno de um megaevento com o selo da indústria cultural do esporte. No entanto, a meta era maior: fazer Barcelona disputar um lugar na malha das cidades globais, como um centro do terciário avançado, pondo em destaque o seu rico acervo cultural, ao recorrer a várias iniciativas no campo da cultura de aparato para "alavancar" sua renovação urbana (ARANTES, 2012).

É importante relevar um aspecto importante do modelo: a preservação da "mistura" social com a busca do consenso. Foi a forma encontrada de vender a atratividade da cidade aos investidores internacionais, ao exibir vários tipos de coesão social em torno dos objetivos de crescimento, numa demonstração de pacificação em torno de metas comuns, que tornasse a cidade confiável à cooperação internacional entre Barcelona e outras cidades e países.

A experiência da cidade, com metas comuns, revelou que o grande investimento de recursos destinados à preparação dos Jogos pôde promover um conjunto coeso de projetos de intervenção urbana, resultando em uma reestruturação física, econômica, social e cultural da cidade. Os projetos foram conduzidos pelo geógrafo, urbanista, vice-prefeito e vice-presidente executivo da área metropolitana, Jordi Borja, e pelo Coordenador do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Cidade de Barcelona, Manoel de Forn, que se tornaram os principais difusores do modelo de planejamento e gestão, inspirados em técnicas importadas da Harvard Business School (BORJA; CASTELLS, 2004). As relações internacionais nesta coordenação foram primordiais para levar objetividade e excelência aos projetos arquitetados.

O modelo propõe uma reorganização de hierarquias e escalas de poder, atribuindo ao governo local o papel de protagonista com atuação direta no processo de promoção do desenvolvimento econômico. O governo local, capaz de responder aos desafios urbanos e de formular um projeto de cidade e liderá-lo, deveria ser um governo que promovesse, tendo exemplos de Londres e Berlim, em termos de governança local (BORJA; CASTELLS, 2004). A influência dos líderes urbanistas, a parceria com o sociólogo Manoel Castells e a ajuda de algumas agências multilaterais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Interamericano de Desenvolvimento fizeram com que o modelo passasse a ser seguido em várias partes do mundo e, de modo especial, na América Latina.

Em geral, houve, em Barcelona, flexibilidade regulatória nas constantes parcerias público-privadas, intervenções urbanas em áreas com alto potencial de valorização, projetos de revitalização de áreas centrais e portuárias e a construção de um pacto consensual, principalmente entre o governo central e o local, na busca pelo desenvolvimento econômico e na internacionalização do país, da região e da cidade. Esse consenso foi estabelecido, essencialmente, pelo sentimento de crise na época e pela oportunidade, vista como única, do maior megaevento esportivo do mundo.



## **A coordenação entre o poder local e o poder central na aplicação de políticas públicas**

A literatura especializada aponta que as iniciativas no plano internacional atribuem *status* de ator internacional às unidades subnacionais. Contudo, em sua natureza, elas distinguem-se dos atores transnacionais, de natureza não estatal, cuja atuação no exterior transcende às fronteiras dos Estados. Sendo assim, a distinção tradicionalmente adotada entre atores estatais e não estatais não é suficiente para que se compreenda a atuação internacional de unidades subnacionais.

Rosenau (1997) estabeleceu o conceito de ator *sovereignty-free*, que age internacionalmente de modo independente ao sistema de Estados, em oposição ao ator dependente, o *sovereignty-bound*. As unidades subnacionais não podem ser definidas como *sovereignty-free*, uma vez que são constituintes de um Estado nacional. Porém, ao mesmo tempo, não são *sovereignty-bound*, já que elaboram e executam ações políticas internacionais que, em muitos casos, independem das linhas gerais de política externa determinadas pelo Estado soberano que compõem. Portanto, unidades subnacionais, como Barcelona, seriam atores mistos (HOCKING, 2004).

Por sua vez, a categoria “relações transgovernamentais” implica circunstâncias de relacionamento entre diferentes estruturas de poder de um Estado nacional e representantes de estruturas semelhantes provenientes de outros Estados, assim como entre organismos internacionais e atores não estatais (KEOHANE; NYE, 1977). Todavia, a categoria também acomoda padrões de relacionamento de natureza muito distintas destas. Trata-se então de uma categoria demasiadamente abrangente, resultando em uma contribuição de reduzido poder de argumentação e explicação.

Já a proposta de Thomas Risse-Kappen (1995), com uma tipologia da atuação transnacional, caracteriza o ator por seus objetivos, não mais por sua natureza. O autor identifica dois tipos de atores transnacionais, nessa perspectiva: 1) os motivados por ganhos essencialmente econômicos, chamados “instrumentais” e 2) os que têm por fim a promoção de ideias e princípios. Trata-se, portanto, de uma importante contribuição para a concepção de uma definição de ator transnacional e para a defesa de um conceito definido pelos interesses deste ator, permitindo abrir caminho para a formulação de uma tipologia que possa acomodar a inserção internacional subnacional sem ser demasiadamente restritiva ou abrangente.

Normalmente, a principal questão aplicada ao Estado nacional, no debate acerca da cooperação descentralizada, diz respeito ao seu protagonismo externo. Trata-se do direito de ser o único porta-voz de sua população no cenário internacional. No estudo das Relações Internacionais, vê-se que, no estudo do mundo westfaliano, o controle exclusivo no que tange à elaboração e execução da política externa para o território era percepção fundante. Trata-se de um princípio que norteia as correntes teóricas do *mainstream* da disciplina de Relações Internacionais. Se tal prerrogativa passa a ser questionada, o Estado é desafiado a incorporar-se ou combater esse novo processo de internacionalização (HOCKING, 2004; KINCAID, 1990; CORNAGO, 2010).

No caso da cooperação, no âmbito das Olimpíadas, havia também uma política voltada a fazer da Espanha um país "central" na União Europeia, mas não foi tratada como prioritária pelos urbanistas catalães (ARANTES, 2012). Foi preciso um acompanhamento mais próximo da atuação de Barcelona com uma orientação a produzir ganhos não só localmente, mas centralmente, promovendo não só a capital da Catalunha, como também a Espanha. A ação externa subnacional não provocou necessariamente um movimento crítico do monopólio da política exterior pelo Estado nacional, como alguns autores poderiam sugerir, mas aproximou as linhas de política entre os poderes (OHMAE, 1995).

O receio do poder central quanto à perda de eficiência na atuação internacional da nação, a fragmentação da política externa e, no limite, a fragmentação política do território, caso da Espanha, são frequentemente apontados pela expressiva maioria dos autores sobre relações entre os poderes local e central. Os formuladores de políticas centrais geralmente percebem ser necessário manter, dentro de limites restritos, o crescente envolvimento internacional dos Estados/províncias de sistemas federais. A coerência interna é considerada como uma das dimensões intangíveis do poder nacional (HOCKING, 2004).

Além dos limites constitucionais, os Estados sinalizaram um maior controle dos recursos humanos subnacionais. Nesse sentido, governos locais não possuiriam a experiência e o preparo necessários para uma política externa competente. A bibliografia especializada aponta que as críticas do Estado nacional às ações internacionais de suas unidades giram em torno da percepção de que tais políticas, mesmo legalmente aceitas, representam um perigo à eficiência da política externa nacional.

Não há um consenso quanto ao caráter conflitivo entre o poder central e o local ser efetivamente estrutural em um contexto de intensificação do envolvimento subnacional em



questões internacionais. É importante ressaltar que a atuação internacional de Barcelona não implicou, necessariamente, a tensão da relação com o governo central. Enxergou-se a possibilidade de cooperação e coordenação entre os níveis local e central (LESSA, 2002; HOCKING, 2004).

Duchacek (1990) proporciona um quadro abrangente das possíveis consequências da atuação internacional subnacional. Para o autor, quatro cenários seriam possíveis: a fragmentação de políticas e atores rumo à secessão do território; a centralização da política externa; uma política externa coordenada e combinada; ou a alteração de padrões de relacionamento entre Estado e unidades subnacionais, que seria a consequência mais provável da intensificação da atuação internacional subnacional para o mundo democrático.

Soldatos (1990) trata com intensidade dos resultados mais frequentes do investimento local em iniciativas internacionais. O autor indica tendências muito próximas aos dois últimos cenários descritos por Duchacek, e, sem abdicar da possibilidade de conflito, define a paradiplomacia como uma oportunidade de racionalização política. Para ele, o governo subnacional que procura inserir-se internacionalmente, se compreendido e até mesmo acolhido pelo Estado, pode complementar o papel exercido pelo poder central.

As ações externas de Barcelona foram coordenadas, e até mesmo monitoradas, tornando-se, em grande medida, complementares às políticas estatais para a esfera internacional. Neste mesmo sentido, Soldatos (1990) argumenta com veemência que a inserção internacional subnacional é importante se vista como recurso utilizado, basicamente, para atender interesses associados às *low politics* – temas que não atingem questões sensíveis sob a ótica da segurança nacional e não interferem na estratégia internacional do governo central.

Kincaid (1990), importante referência para a investigação da atuação externa de entidades subnacionais, afirma que raramente a inserção internacional de unidades subnacionais – denominada por ele como *constituent diplomacy* – ameaça concretamente a existência de uma democracia federativa. Mas, segundo o autor, a busca por independência total do poder central, por meio desse tipo de atuação, pode ocorrer em regiões em que há nações dentro de uma nação e que já possuem relações conflituosas estabelecidas no interior do sistema federativo. Em geral, no entanto, não há comprovação empírica da percepção do poder central de que essa inserção seria um risco ao Estado nacional ou ao federalismo.



Vigevani (2004) acrescenta uma observação importante: unidades subnacionais buscam o exterior por razões, sobretudo, pragmáticas. Segundo o teórico, nesses casos, prevalecem estratégias de *stop and go* – quando há ativismo em temas como convênios tecnológicos, cooperação técnica, empréstimos, turismo, investimentos, porém nunca ocorre uma ação em torno de qualquer outro assunto não ligado às questões locais.

A literatura especializada afirma que, uma vez que a experiência, como a dos Jogos Olímpicos de Barcelona, permite ao Estado nacional superar o receio diante da atuação internacional de unidades subnacionais, é necessário que esse possa alternar dinâmicas cooperativas e competitivas de relacionamento com suas unidades, dependendo dos temas e das estratégias escolhidas.

O desenvolvimento, liderado pelo poder central, de uma nova institucionalidade para acomodar o diálogo entre as partes por si só já pode representar o reconhecimento e legitimação da inserção internacional subnacional (MINGUS, 2003; CORNAGO, 2010). Tal atitude expressaria, portanto, a possibilidade de coexistência e de complementaridade das atuações internacionais do governo central e do governo local.

A inserção internacional subnacional, em vez de dificultar o diálogo, representa uma oportunidade de cooperação entre os níveis local e central. Assim, a percepção negativa do Estado nacional em relação às atividades de suas unidades constituintes no exterior pode diluir-se por não ter mais subsídios reais para sua manutenção. Ademais, os governos subnacionais, na organização de megaeventos e na aplicação de políticas públicas ligadas a essa organização, buscam relacionar-se com seus inúmeros parceiros, em alguns casos mesmo com outros governos centrais, nos processos de integração regional ou internacional devido, sobretudo, às suas necessidades práticas.

Finalmente, a capacidade de coordenação entre poderes pode ser aumentada substancialmente por meio de um terceiro governo que tem o papel de facilitar as comunicações recíprocas e orientar as ações entre os poderes. No caso do Rio de Janeiro, assim como foi em Barcelona, a Autoridade Pública Olímpica, que tem potencial de otimizar a cooperação e obter resultados superiores às do equilíbrio na sua ausência (RIBEIRO, 2013).

## Os jogos olímpicos do Rio de Janeiro: qual será o seu legado?

Ao longo dos anos, os grandes eventos esportivos mundiais comumente são aproveitados pelos países organizadores como instrumentos de mobilização de suas melhores capacidades e de suas populações para a organização e realização de outros grandes projetos que promovem, em grande medida, o desenvolvimento desses países e de suas *growth machines* diretamente envolvidas. Ao mesmo tempo, constituem oportunidades ímpares de projeção externa central e local.

Barcelona aproveitou sua oportunidade, promoveu o desenvolvimento esportivo, transformou sua paisagem e tornou-se um dos destinos mais populares na Europa. Seu modelo de organização dos Jogos passou a ser influente ao Comitê Organizador do Rio e estudado por muitos organizadores de grandes eventos esportivos de todo o mundo, sendo o primeiro que foi pensado, desde o seu início, tendo como conceito a transformação da cidade.

No entanto, a capital catalã apresentou algumas falhas que não devem ser repetidas, apesar de acertos em número consideravelmente maior, que a fizeram exemplar desde meados dos anos de 1980. Houve ali, como no Rio de Janeiro, muito dinheiro disponibilizado pelas autoridades e por entidades privadas nacionais e internacionais.

No caso de Barcelona, apenas 10% do orçamento foi usado para a construção de estruturas esportivas, sendo o restante utilizado na melhoria da rede de transportes, na habitação, na regeneração da frente marítima da cidade (BEARD, 2011) e em outras iniciativas que beneficiaram os cidadãos e se constituíram no orgulho de Barcelona, transformando-a numa cidade aberta ao mundo. Em contrapartida, segundo o site oficial do Rio 2016, 27% do orçamento será destinado a novas estruturas esportivas.

Já no plano esportivo, Barcelona 92 assegurou seu sucesso com investimento estrangeiro e também com o apoio da iniciativa privada nacional, principalmente na preparação dos seus atletas, o que resultou em melhores resultados esportivos para o país. (TAYLOR, 2012). O Rio de Janeiro, seguindo o exemplo de nossos parceiros espanhóis, busca, em certa medida, mobilizar sua população, sobretudo os mais jovens, para a prática esportiva e passar tal gosto às gerações posteriores.

Cada vez mais, há argumentos de natureza econômica, financeira e política quanto à organização dos megaeventos esportivos e à gestão do esporte. Não é exagero dizer que o espetáculo esportivo hoje é uma nova indústria e pode trazer mais problemas do que aqueles



apresentados até o momento. O planejamento estratégico herdado de Barcelona traz e trará postos de trabalho, além de gerar riqueza para pequenas e médias empresas do Rio de Janeiro.

Além das instalações esportivas, são previstos 27 projetos que devem trazer melhorias para a cidade, principalmente em termos de transportes públicos, outro fator vindo da influência da consultoria catalã. Os projetos de maior destaque são a renovação da zona portuária, a construção de uma nova linha de metrô e a implementação de corredores de ônibus (BRT). Em contrapartida, o Observatório das Metrôpoles apresentou, em 2013, os principais resultados do projeto “Metropolização e Megaeventos: os impactos da Copa do Mundo e das Olimpíadas nas Metrôpoles Brasileiras”.

No caso do Rio de Janeiro, há pouca transparência na preparação aos Jogos Olímpicos, que revela uma reduzida participação social e muitos projetos direcionados exclusivamente às leis do mercado e ao capital. Tais conclusões demonstram que o projeto geral não é democrático. Portanto, para algumas regiões da cidade, a realização dos Jogos Olímpicos tem trazido certos impactos negativos com transformações profundas na dinâmica urbana, inclusive com despejos, novos processos de elitização por gentrificação, assim como em Barcelona, e novos padrões de relação entre o Estado e os atores econômicos e sociais.

Outra preocupação dos especialistas, como Gaffney (2010), é que, no Rio de Janeiro, não há um legado efetivo no que diz respeito ao esporte. O poder público e os investimentos externos têm como foco a construção das instalações de competição e todo o aparato de apoio, em detrimento de produzir equipamentos para o usufruto da população carioca. Deve haver uma ampliação do diálogo com a comunidade internacional interessada pelas transformações urbanísticas com o advento dos Jogos Olímpicos.

Houve em Barcelona, assim como se espera no Rio de Janeiro, profícua articulação entre os setores privados e a sociedade civil organizada, juntamente aos poderes envolvidos. Os Jogos Olímpicos se adequaram à Barcelona e não o contrário, o que foi muito benéfico, apesar do processo de gentrificação na cidade. Por meio da cooperação descentralizada, houve sensíveis melhorias de infraestrutura ao final dos períodos de preparação e realização dos Jogos Olímpicos.

## Considerações finais

Um elemento importante do sucesso do Rio de Janeiro com os Jogos poderá ser sua capacidade de relacionar-se internacionalmente. O traço que distingue as relações entre a Espanha e o Brasil, não somente por conta da organização dos Jogos Olímpicos, é seu forte amparo nos respectivos setores privados. No entanto, há vínculos cada vez mais estreitos nas áreas política e social, até porque as relações são vistas por ambos os governos como "política de Estado", traduzida em ampla agenda bilateral e multilateral. O Brasil e a Espanha necessitam um do outro, de maneira crescente. A cooperação internacional entre os dois países e suas cidades envolvidas com megaeventos esportivos fez com que as relações internacionais ganhassem em ritmo e amplitude, muito por conta do que se espera do Brasil.

A missão final da parte brasileira, com a aplicação das influências do planejamento estratégico catalão, é entregar os jogos em excelentes condições. Deve ser algo que fique na memória do mundo para a promoção da marca Brasil. Os organizadores baseiam-se na transformação sustentável, por meio do esporte, no âmbito social e urbano, assim como foi em Barcelona 92. Adota-se também uma postura de responsabilidade social para com o crescimento dos Movimentos Olímpico e Paralímpico.

Os organizadores afirmam que os Jogos são uma oportunidade única para acelerar investimentos de infraestrutura necessários à cidade e para adotar novas práticas de produção e consumo menos agressivas ao meio ambiente. Nesse sentido, o Rio 2016 trabalha para deixar os locais utilizados em melhor estado, reduzindo o impacto sobre o ambiente natural e cuidando das instalações e seu entorno.

Planeja-se, como foi em Barcelona, pensar nos benefícios à sociedade: criação de empregos, novos conhecimentos, oportunidades de negócio, excelência no padrão de qualidade das infraestruturas e fortalecimento dos valores olímpicos para a prática social do esporte. Fala-se também da importância dada à diversidade, ao combate ao preconceito e à valorização de todas as pessoas envolvidas.

Em parceria com as entidades governamentais, o comitê do Rio 2016 elaborou um plano de ação integrado. Trata-se do Plano de Gestão da Sustentabilidade, em que estão descritos os programas, iniciativas e projetos concernentes à sustentabilidade na organização, planejamento e realização dos Jogos Olímpicos. Segundo os documentos oficiais, uma vez que a sustentabilidade é tema em constante desenvolvimento, que ganhou muita força nas



últimas edições dos Jogos, a atualização da agenda do Rio também considera também a evolução de práticas, tecnologias, normas internacionais e legislação federal, estadual e local.

O Rio de Janeiro, face aos bilhões de reais investidos, pode ter resultados curtos, mas conseguirá, se houver grande esforço e canalização dos gastos com responsabilidade, potencializar seu legado. A experiência com a Copa, em certa medida, alivia a pressão do Brasil, no sentido de provar que está preparado para realizar os Jogos Olímpicos de 2016. O torneio foi, em muitos aspectos, um sucesso. Tudo funcionou relativamente bem e os temores de que protestos destruíssem as cidades-sede da Copa não foram sustentados.

Conclui-se assim que os Jogos Olímpicos, vistos aqui como fato econômico, político, social, cultural e espacial em uma determinada trajetória espaço-temporal da cidade, pode ir além de mudanças conjunturais do presente, e, em grande medida, influenciar na trajetória histórica da cidade. Procurou-se apresentar que o modelo de Barcelona foi essencial para que o Rio de Janeiro buscasse também um projeto de desenvolvimento urbano, a partir da governança empreendedora, com seus próprios parceiros internacionais, mas sempre considerando a coordenação de política externa com o poder central. A governança empreendedora volta-se, em última análise, à competitividade da cidade, que ocupa, cada vez mais, um lugar importante entre as cidades globais.

Em contrapartida, neste fenômeno, em que os Jogos Olímpicos são utilizados, em larga escala, para que o modelo empreendedor transforme a cidade-sede em cidade-negócio, infelizmente, sempre haverá, além das grandes melhorias, resultados negativos que, na maioria dos casos, culminam em mais um exemplo de desenvolvimento desigual do capitalismo. Uma série de documentos e dossiês foram produzidos para a avaliação dos impactos dos Jogos sobre o Rio e alguns setores e agentes foram beneficiados pelas intervenções e pela cooperação em detrimento de outros, que sofrem com os efeitos nocivos dos interesses de pequenos grupo de poderosos sobre a integração social e a justiça social.

Por outro lado, a organização dos Jogos pode ser um divisor de águas positivo para a cidade-sede. Além do estímulo ao turismo, a oportunidade pode ser aproveitada para resolver problemas estruturais do município, estimulando a revitalização de grandes áreas urbanísticas. Não obstante, com os Jogos, pode-se, e há tempo para isso, aprender a redirecionar o Rio de Janeiro a uma meta mais igualitária e democrática em termos sociais e econômicos e, no que tange o essencial do megaevento esportivo, pode-se inspirar as futuras gerações por meio das realizações esportivas dos atletas e dos valores do esporte, para que



essa seja a base para o respeito pelas diferenças culturais e religiosas, e para a superação de qualquer tipo de discriminação. A realização dos Jogos Olímpicos nos ajudará a lutar pela igualdade a partir da coesão dos povos.

## Referências

- ARANTES, O. **Berlim e Barcelona: duas imagens estratégicas**. São Paulo: Annablume, 2012.
- BEARD, M. Lessons of Barcelona: 1992 games provided model for Londres... and few warnings. **Evening Standard**, 21 march., 2011. Disponível em: <http://www.standard.co.uk/news/lessons-of-barcelona-1992-games-provided-model-for-london-and-few-warnings-6382929.html>. Acesso em: 26 de junho de 2014.
- BORJA, J.; CASTELLS, M. **Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información**. 7. ed. Madrid: Taurus, 2004.
- BORJA, J. **Luces y sombras del urbanismo de Barcelona**. Barcelona: UOC, 2010.
- BRUNET, F. An economic analysis of the Barcelona'92 Olympic Games: resources, financing and impact. In: MORAGAS, M; BOTELLA, M. **The keys to success: the social, sporting, economic and communications impact of Barcelona'92**. Barcelona: Servei de Publicacions de la UAB, 1995.
- CORNAGO, N. On the normalization of sub-state diplomacy. **The Hague Journal of Diplomacy**, EUA, v. 5, p. 11-36, 2010.
- DUCHACEK, I. D. Perforated sovereignties: toward a typology of new actors in international relations. In: MICHELMANN, H. J.; SOLDATOS, P. **Federalism and international relations: the role of subnational units**. New York: Oxford University Press, 1990.
- GAFFNEY, C. Mega-events and socio-spatial dynamics in Rio de Janeiro, 1919-2016. **Journal of Latin American Geography**, EUA, v. 9, n. 1, p. 7-29, 2010.
- HOCKING, B. Regionalismo: uma perspectiva as relações internacionais. In: VIGEVANI, T; WANDERLEY, L. E; BARRETO, M. I; MARIANO, M. P. (Orgs.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC; UNESP; EDUSC; FAPESP, 2004.
- KEOHANE, R.; NYE, J. S. **Power and interdependence**. Boston: Little Brown, 1977.
- KINCAID, J. Constituent diplomacy in federal politics and the Nation-state: conflict and cooperation. In: MICHELMANN, H. J.; SOLDATOS, P. **Federalism and international relations: the role of subnational units**. New York: Oxford University Press, 1990.
- LESSA, J. V. S. **A paradiplomacia e os aspectos legais dos compromissos internacionais celebrados por governos não centrais**. Tese (XLIV Curso de Altos Estudos) - Instituto Rio Branco, Ministério da Relações Exteriores, Brasília, 2002.
- MARAGALL, P. **Urbanisme a Barcelona, Plans cap al 92**, Ayuntamiento de Barcelona, 1988.
- MINGUS, M. S. Transnationalism and subnational paradiplomacy: is this perforated sovereignty or are democracy and civil society just reaching across borders?. In: SIXTEENTH ANNUAL



CONFERENCE OF THE PUBLIC ADMINISTRATION THEORY NETWORK, 16., 2003, Anchorage, Alaska. jun., 2003.

OHMAE, K. **The end of the nation state:** the rise of regional economies. New York: Mc Kinsey and Company, 1995.

RIBEIRO, R. S. Cooperação intergovernamental e preparação para os jogos olímpicos e paraolímpicos de 2016: o papel de mediadora da autoridade pública olímpica. In: TEMAS de Direito Econômico: a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Curitiba: Clássica, 2013.

RISSE-KAPPEN, T. (Ed.). **Bringing transnational relations back in:** non-state actors, domestic structures and international institutions. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

ROSENAU, J. N. **Along the domestic-foreign frontier:** exploring governance in a turbulent world. New York: Cambridge Studies in International Relations, 1997.

SOLDATOS, P. An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors. In: MICHELMANN, H. J.; SOLDATOS, P. **Federalism and international relations:** the role of subnational units. New York: Oxford University Press, 1990.

TAYLOR, A. How the olympic games changed Barcelona forever. **Business Insider**, July 26, 2012. Disponível em: <<http://www.globalpost.com/dispatch/news/regions/europe/spain/120726/olympic-games-barcelona-legacy-olympic-curse>>. Acesso em: 28 de junho de 2014.

UNIÓ TEMPORAL D'ESCRIBES. Barcelona marca registrada. Un model per desarmar, Barcelona. Barcelona: UTE; Virus editorial, 2004.

VERBRUGGEN, H. The IOC, the Olympic Movement, the host city: a common legacy. In.: MORAGAS, M.; KENNETT C.; PUIG N. (Eds.) **The legacy of the Olympic Games 1984-2000.** Barcelona/Lausanne: Olympic Studies Centre of the Autonomous University of Barcelona, 2000.

VIGEVANI, T, et al. (Orgs.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais.** São Paulo: EDUC, UNESP, EDUSC, FAPESP, 2004.

Jonathas Miranda de Carvalho - Universidade de São Paulo – USP. São Paulo | SP | Brasil. Contato: j.carvalho@usp.br

Yi Shin Tang – Universidade de São Paulo – USP. São Paulo | SP | Brasil. Contato: pospesq.iri@usp.br

Artigo recebido em agosto de 2014 e aprovado em dezembro 2014.